



## Decisão 00034/2024-8 - 2ª Câmara

**Processo:** 01292/2021-9

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPC - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de Cariacica

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** MARIA DE LOURDES PIMENTEL RODRIGUES

**Responsável:** JULIANA DE LIMA SILVA RODRIGUES

### **ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade.

### **O RELATOR SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR IDADE**, com proventos proporcionais, concedida à servidora em epígrafe, a partir de **4/2/2021**, por meio da **Portaria 15/2021**, retificada pela **Portaria 60/2023**, com supedâneo no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b” e § 8º, da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c o art. 15, da Lei

10.887/2004, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma estatuída na Carta Magna, art. 71, inciso III, bem como no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

A área técnica, através do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 04843/2023-8, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, nos termos do Parecer 05787/2023-1, em consonância com o posicionamento da área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## **V O T O**

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### **1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:**

A interessada aposenta-se no cargo de MaPP - III Pedagogo, Padrão 1078, Matrícula 35307-3, do Quadro de Pessoal do Município de Cariacica, contando com 23 anos, 8 meses e 13 dias de serviço/contribuição, sendo os proventos fixados no valor de R\$ 2.252,97 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos).

Da análise do feito, entendo assistir razão à área técnica e ao Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato.

Afinal, a documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade da aposentadoria em apreço.

## 2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove o seguinte teor de **Decisão** que submeto à sua consideração.

**MARCO ANTONIO DA SILVA**

Relator

### 1. DECISÃO TC- 34/2024-8

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

**1.1. REGISTRAR** a **PORTARIA 15/2021**, retificada pela **Portaria 60/2023**, que concedeu aposentadoria à Sra. **Maria de Lourdes Pimentel Rodrigues**, a partir de **4/2/2021**, com os proventos fixados no valor de **R\$ 2.252,97** (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos);

**1.2. DAR CIÊNCIA** aos interessados.

**1.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o respectivo trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 26/01/2024 - 2ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

4. Especificação do quórum:

**4.1. Conselheiros:** Rodrigo Coelho do Carmo (presidente), Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

**4.2. Conselheiro Substituto:** Marco Antonio da Silva (relator/em substituição).

**5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador-Geral Luciano Vieira.**

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

**Presidente**